

CONFIANÇA, CONSENSO, DEMOCRACIA¹

TRUST, CONSENSUS, DEMOCRACY

Antonio Dias²

Recebido em:

Aprovado em:

Resumo: Este artigo aborda, de modo ensaístico, a relação geral confiança/consenso/democracia. Para desenvolver essa temática, assumimos a tese de que, em sentido ontológico, a confiança é o fundamento genético da democracia. Isto considerado, elegemos as seguintes questões-guias para a investigação: o que é a democracia? Como ocorre a constituição da democracia possível no mundo da vida concreta dos homens que vivem sob as regras do Capital? À primeira indagação, respondemos que: a democracia é o poder de governar exercido diretamente pelo povo; eis a “verdadeira democracia”. À outra pergunta, respondemos que: em sentido ontológico, a confiança é o elemento metafísico geneticamente fundante do consenso necessário à formação das práticas democráticas. A conversão da confiança em consenso é tarefa da atividade política. A ação política transforma a confiança comungada pela maioria dos indivíduos, e que portanto se configura como vontade geral, em consenso. O produto desse consenso é materializado na forma de ideias/estratégias/valores/práticas/projetos etc., que regerão o viver dos indivíduos em sociedade. Contudo, no mundo da vida Material-dialética dos homens, mundo capitalista, a democracia acontece quando a vida sociopolítica é moldada pelo consenso, que foi construído e é dirigido pela lógica e poder do Capital. Por essa razão, o consenso espelha (representa) os interesses dos que são poucos, mas que possuem o poder econômico; e os que efetivamente governam não realizam os interesses do povo. Eis a democracia pseudá: a democracia representativa. Considerando essas ideias, é correto concluir que a democracia só será mais bem compreendida quando for assumida como processo dialético originado da confiança que foi convertida em consenso. O desafio que compete às ciências é o de se abrir para acolher a validade do conhecimento metafísico para compreender a democracia.

Palavras-chave: Confiança. Consenso. Democracia

Abstract: This article discusses, in an essayistic way, the general relationship trust/consensus/democracy. To develop this thematic, we assume that, in an ontological sense, trust is the genetic foundation of democracy. Given this, we have chosen the following guiding questions for research: What is democracy? How does the constitution of possible democracy occur in the concrete world of life of men living under the rules of Capital? To the first question, we answer that: democracy is the power of government exercised directly by the people; this is the “true democracy”. To the other question, we answer that: in an ontological sense, trust is the genetically founding metaphysical element of the consensus necessary for the formation of democratic

¹ A primeira versão deste texto foi apresentada no GT Ética e Cidadania (XVII Encontro da ANPOF, Vitória, ES, 2018)

² Antonio Francisco Lopes Dias é Professor de Filosofia na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Doutor em Filosofia da Educação (UFPel), com Doutorado Sanduiche pela Universidade de Lisboa. Mestre em Filosofia (UFC). Graduado em Filosofia (UFPI). Membro do GT Ética e Cidadania (ANPOF). Líder do Grupo de Pesquisa O-CALS (O Capital como Lógica da Sociedade). E-mail: antoniodias@cccceca.uespi.br

practices. Converting trust into consensus is the task of political activity. Political action transforms the trust shared by the majority of individuals, and which therefore configures itself as a general will, in consensus. The product of this consensus is materialized in the form of ideas / strategies / values / practices / projects etc., which will govern the lives of individuals in society. However, in the material-dialectical world of life of men, the capitalist world, democracy happens when sociopolitical life is shaped by consensus, which has been built and is driven by the logic and power of capital. For this reason, consensus mirrors (represents) the interests of those who are few but possess economic power; and those who effectively govern do not fulfill the interests of the people. This is pseudo democracy: representative democracy. Considering these ideas, it is correct to conclude that democracy will only be better understood when it is assumed as a dialectical process originated from the trust that has been converted into consensus. The challenge for the sciences is to open to accept the validity of metaphysical knowledge for understand democracy.

Keywords: Confidence. Consensus. Democracy

Introdução

Este texto se pretende como *Ensaio* anunciante de algumas teses e argumentos frutos da pesquisa intitulada *Confiança, Consenso, Democracia*”, que estou a desenvolver³. Na primeira parte dessa pesquisa, o propósito é demonstrar a tese de que a confiança é o princípio ontológico que dá origem à democracia. Partindo da confiança é que se pode gestar um consenso, que então se concretiza no mundo da vida dos homens. Quando os homens constroem um acordo acerca de determinadas ideias, saberes, práticas, personalidades, temos um consenso. Este é, pois, o meio de conversão da confiança, do plano metafísico, em *práxis* no mundo material, físico.

Nossa pesquisa parte da hipótese de que o conteúdo do princípio ontológico da democracia, enquanto saber/valor, é a confiança, e que as raízes desta pertencem ao campo da Metafísica. Em estado metafísico, a confiança é uma essência: é pura ideia/valor. Para proporcionar o desenvolvimento da democracia como atividade sociopolítica, portanto como atividade humano-social, a confiança *deve* ser transformada em *práxis*. Nesse sentido, a democracia é um processo ontodialético. Digo o porquê: porque ela confiança, que pertence à esfera da Metafísica; esta condição da confiança, todavia, necessita ser *superada* na direção de ser efetivada no mundo biofísicoquímico dos homens. Essa superação, isto é, a passagem do campo metafísico para o físico, dá-se na medida em que a confiança fundamenta um consenso, pela adesão ou crença da maioria dos indivíduos, acerca de determinada

³ Esta pesquisa está sendo realizada no âmbito do Grupo de Pesquisa O-CALS (O Capital como Lógica da Sociedade), na UESPI, desde setembro de 2018.

prática/saber/valor etc. Formado um consenso, este se estabelece como prática/saber/valor representativo da vontade da maioria. Eis o que se *costuma* nomear de democracia.

O problema da nossa pesquisa originou-se da seguinte questão filosófica: quais são as razões ontoepistemológicas da democracia? Essa pergunta, dividimo-la em duas: a primeira, do campo da Ontologia, indagamos: o que é a democracia? A segunda, de dentro da Epistemologia, perquirimos: como podemos compreender a democracia? A primeira pergunta é necessária porque, penso, as respostas que têm sido oferecidas a ela, em geral, negligenciam a gênese metafísica da democracia. A segunda indagação é importante porque os muitos discursos/falas que se pretendem como compreensão da democracia a tratam, quase sempre, como um saber claro e evidente; como um saber sobre o qual se tem um pleno e tácito acordo conceitual, e que por essa razão não carece ser pesquisado. Para este texto, nosso objetivo, sem a intenção de esgotar o debate, é expor, em linhas gerais, sobre essas duas questões, qual seja: 1) em que consiste a essência genética da democracia? 2) como podemos compreender a democracia?

Sobre a confiança e o consenso

O que/qual é a essência da democracia?

Ontologicamente⁴ falando, a confiança é o princípio genético da democracia; ela pertence ao reino sagrado e profano da Metafísica⁵.

Aqui concebemos a democracia em seu sentido etimológico, tal como foi proposto, mas não vivenciado, pelos povos atenienses antigos⁶. Em sua acepção unívoca e literal, temos: “demo” (povo) e “cracia” (poder). Logo: democracia somente deve significar “povo no poder”, ou “poder do povo”. A constituição desse poder exige o concurso da confiança.

A confiança, nós a admitimos como simbiose de fé/empatia/crença (em função de vários motivos: valores e conceitos éticos, religiosos, ideológicos, políticos, econômicos etc.) que induz à adesão a algo/alguém/valor/prática/experiência/ideologia etc.

A confiança é o elemento de natureza Metafísica a partir e por meio do qual o povo pode se elevar à condição de governante que se autodetermina. Ela é o critério pelo qual os homens, que são animais sociopolíticos, unem-se sociopoliticamente em função de um

⁴ A Ontologia é toda e qualquer indagação pelo Ser das coisas/seres/valores. É o ramo da Filosofia que estuda os princípios e/ou causas primeiras das coisas. Neste sentido, disse Aristóteles, é a Ciência primeira.

⁵ Área de conhecimento que trata das “essências” das coisas que estão aquém ou além do mundo Físico.

⁶ A democracia da Atenas antiga era antidemocrática, no sentido que o povo não participava do poder, mas apenas os homens livres atenienses e com posses.

objetivo representativo do interesse e vontade da maioria. Quando não se confia uns nos outros, nenhum poder é construído. Quando todas as pessoas confiam em um valor/prática/saber/pessoa etc., esta confiança produz maior força e poder; e, neste caso, tem-se uma democracia forte. Mas tão logo jaz a desconfiança, fragiliza-se a democracia. Portanto, o maior ou menor poder do povo depende da maior ou menor confiança que eles mantêm em relação a um valor/prática/saber/pessoa etc. Os limites ou mesmo a impossibilidade da democracia decorrem da falta da desconfiança. Se a democracia não tem a confiança como fundamento sólido, como sua essência, então a desconfiança aparece como fonte de dissenso e inviabiliza a democracia. Quando prevalecem os dissensos engendrados pela desconfiança, então, ontologicamente falando, a democracia não se consolida. Esta situação, entretanto, é estranha porque, não raramente, diz-se que a democracia é a convivência tolerante com o Outro, com a diferença.

O teor do parágrafo anterior revela um dilema da democracia. Esta, por um lado, para existir de maneira robusta, exige a confiança de todos em relação a um objetivo comum. Por outro lado, é fato que a vida sociopolítica dos homens é repleta de conflitos, diferenças, diversidades, contradições etc., e a existência desses fatos vão de encontro ao vigor da confiança. Então: se, por um lado, deve haver a confiança para que a democracia possa nascer, por outro lado a diversidade, a contradição, o conflito, etc., na medida em que fragilizam a confiança, funcionam como elementos desconstrutores da democracia. Mas então, cabe perguntar: pode existir a democracia como negação da contradição, da luta dos contrários? Podem ser legitimamente ditas democráticas as ações que buscam eliminar, ou mesmo fragilizar, a diferença, a diversidade?

A democracia que nos é apresentada como resultante da confiança vê-se, no mundo material da vida dos homens, diante de um dilema: ela não deve tolerar divergências, contradições, porque isto a debilita. Neste caso, a democracia, para manter sua saúde, precisa se fortalecer como vontade da maioria. Porém, caso não admita conviver com oposições, a democracia implicará a exclusão de parte do povo. Ou seja: teremos apenas parte do povo no poder. Neste caso, questiona-se: pode existir a democracia como exclusão dos que desconfiam ou confiam em alternativa minoritária? Afinal, conforme dissemos há pouco, a democracia não pode significar outra coisa que não seja poder do povo, ou povo no poder. Contudo, por outro lado, em defesa dos que defendem a democracia como reino das contradições, seria o caso de lembrar Nelson Rodrigues, que cunhou a célebre frase de que “toda unanimidade é burra”.

Ao admitirmos a confiança como raiz da democracia, com isso aceitamos que a gênese da democracia está assentada em um fundamento de valor/critério de natureza metafísica. Isto faz aparecer um desafio para o florescimento da democracia no mundo da vida dos homens, qual seja: as raízes da democracia, que pertencem ao mundo das essências, das ideias (diria Platão), necessitam migrar deste mundo para habitarem no mundo terreno, físico. Somente neste plano é que pode ocorrer o efetivo governo do povo: a democracia. Como acontece esse processo de materialização da confiança?

Este processo é desencadeado quando a confiança em algo/alguém/valor/ideologia/tese/prática converge ao ponto de formar e configurar, materialmente, um consenso em torno de algo/alguém/valor/ideologia/tese/prática. O consenso se pretende como expressão material da vontade da maioria; ele é o instrumento de materialização da confiança no mundo da vida dos seres humanos. Mas nossa desconfiança (hipótese) é de que são precisamente esses processos de construção de consensos que produzem as desconfianças. O reino onde ocorre a democracia, que segundo Platão é o reino da liberdade, é o lugar do “anárquico, do variado”. Portanto, é *lócus* da diversidade, da contradição. Porém, por muitas vezes, a democracia é levada, através do consenso, à desarmonia, ao conflito sociopolítico que inviabiliza a vida da democracia.

Apesar disto, a confiança permanece como base estrutural, como ponto único de partida a partir do qual é possível organizar um consenso. E sendo o consenso um efeito da confiança, ela não tem o poder de desabilitar a confiança da condição de fundamento da democracia. Entretanto, é fato que os critérios e ações sociopolíticas dos homens que se envolvem na construção do consenso geram desconfianças a ponto de ser necessário que as pessoas reafirmem sua confiança no indivíduo/valor/prática/saber, ou passe a confiar em um outro.

Vimos que a confiança precisa transpor o “Mundo das Ideias/Essências”(Platão) e ser materializada no Mundo Sensível, Material-dialético (Marx). Essa transposição da confiança do mundo metafísico para o mundo físico real e concreto, dá-se mediante o consenso. Este é o mediador da conversão ou transposição da confiança em atividade que pode ser dita democracia. O consenso é o resultado da atividade política da qual participam todos os indivíduos da sociedade tendo em vista viabilizar a existência concreta da democracia. O consenso é a atividade política, atividade-meio, mediadora das ações dos sujeitos em torno de um propósito comum objetivando efetivar a confiança da maioria. Os resultados consensuados acerca de algo/alguém/valor/prática etc., porque receberam a confiança da

maioria dos indivíduos, serão convertidos em ações/decisões no mundo da vida dos homens; eis o que se pode denominar de decisões ou atividades democráticas. Na verdadeira democracia o consenso não exclui o povo das decisões; antes, é o povo que forma os consensos. Mas estes, obviamente, não são unânimes.

Sobre as (in)compreensões acerca da democracia

Em busca de uma resposta à indagação sobre a constituição genética da democracia, discorreremos sobre a confiança e o consenso. A confiança enquanto fundamento ontológico da democracia, e o consenso como instrumento de transmutação da confiança, do plano metafísico, em *práxis* no mundo material dos homens. Essas explicações, contudo, nos sugere a escrita, ainda que meramente como esboço ou indicação, de alguns tópicos relativos à problemática da relação confiança/consenso/democracia. Uma desses aspectos é sobre: como devemos compreender a democracia? Quais são os meios e os limites para se compreender a democracia?

Advogo que a verdadeira democracia, a democracia configurada como exercício efetivo do poder do povo no poder, somente será mais bem compreendida quando admitida e analisada da perspectiva ontoepistemológica material-dialética. Quais são, pois, as razões ontoepistemológicas da democracia?

Em primeiro lugar, indico sobre qual democracia falo e quero compreender. Aqui, trata-se de compreender o que Karl Marx nomeia de “a verdadeira democracia”: a *democracia direta*. Ora, entendo que não cabe falar de outra forma de existir da democracia, pela seguinte simples razão: a democracia não pode existir de outro modo diferente daquele instituído pela etimologia da palavra democracia. Em sentido etimológico, democracia só pode ser definida como “poder do povo”, ou “povo no poder”⁷. Esse é, portanto, o sentido unívoco e autêntico de democracia. Qualquer outra acepção diferente desta, ainda que seja um sentido mais viável e profícuo no mundo da vida real e concreta, configura uma negação do legítimo significado da democracia. Apesar desta minha posição, sei que não é possível simplesmente ignorar que há algo que se convencionou a qualificar como democracia representativa. Mas esta não é a verdadeira democracia. A democracia representativa, pelo menos desde o advento e desenvolvimento da lógica e do poder do Capital sob a forma de capitalismo, é tão-somente

⁷A palavra democracia é tem origem no vocábulo *demokratía*, palavra esta que é composta por dois termos: *demos* (= povo) e *kratos* (= poder). Democracia, portanto, significa: poder do povo; ou povo no poder.

uma arranjo ideológico, farsesco, para mascarar a seguinte realidade: é impossível a existência simultânea da verdadeira democracia como espírito do capitalismo (WEBER).

Nas sociedades atuais, aonde domina a lógica e o poder do Capital, os interesses daqueles que detêm e gerenciam os meios de produção privada, os rentistas e investidores nas bolsas de valores, banqueiros, etc.; nestas sociedades, é impossível existir a democracia, isto é, é impraticável o exercício de poder do povo pelo povo. A representação, esta suposta forma hodierna de democracia, não é um modo autêntico de existir da democracia. A democracia representativa e a democracia direta são extremos que se anulam (MARX,) porque a representação, sob os ditames da lógica e poder do Capital, é a anulação do poder do povo.

Pelo menos desde o período moderno, quando o capitalismo passou a à condição de modo de produção hegemônico (MARX, 1998, 1990, 1992, 2012), a confiança teve cada vez mais dificuldade para se estabelecer, o que fragiliza as possibilidades de vir a ser da democracia. De fato, nas sociedades regidas pela lógica e o poder do Capital dominam as práticas de exploração econômica, opressão política e de alienação cultural e intelectual. Além destes, outros valores gerados pelo Capital e que medeiam as relações sociopolíticas e econômicas são o egoísmo, a liberdade de comércio, o individualismo etc. Ora, essas condições são destrutivas da capacidade de realização da verdadeira democracia na medida em que elas geram e potencializam as desconfianças que, por sua vez, fragiliza e mesmo impede os consensos. Ademais, atacam contundentemente também a liberdade humana e a igualdade política, dois requisitos imprescindíveis à atuação do sujeitos partícipes do processo formação de consensos para estruturar a democracia como poder do povo (DIAS, 2009). Sob a lógica e o poder do Capital, portanto, são produzidas condições e situações que obstam a verdadeira democracia.

A “verdadeira democracia”, a democracia enquanto povo no poder ou poder do povo, tem se mostrado, ao longo da História, inexecutável. Entretanto, os capitalistas há muito perceberam que a crença na democracia é necessária porque favorecedora dos interesses do Capital. Mas, claro, não a verdadeira democracia. A burguesia, então, foi induzida a forjar e moldar um modelo alternativo de existir da democracia que não pusesse em risco o exercício do poder dos poucos (burgueses). Esta situação engendrou a invenção da nominada democracia representativa. Esta, em verdade, é uma formulação ideológica exitosa pela qual se proclama a viabilidade da democracia. Ocorre que nesta suposta forma de democracia, a representativa o povo elege, em geral por meio de um processo eleitoral cuja marca é o sufrágio universal, indivíduos que o representarão no efetivo exercício do poder de legislar e

governar. Todavia, isso é apenas uma maneira de o povo terceirizar seu poder. O efeito real e pragmático da dita democracia representativa é: o povo perde o direito de exercer seus poderes, uma vez que os delega ou terceiriza para outrem. O cidadão passa a ser representado pelos indivíduos eleitos, que então exercerão o poder de governar. Disso devemos concluir que: a existência da democracia representativa implica a morte da “verdadeira democracia”, elimina qualquer possibilidade de o povo estar no poder, de haver um poder do povo.

Os ideólogos apologetas da lógica e poder do Capital trataram de destruir a confiança e o consenso desta decorrente transformando-os em mercadorias. A lógica do Capital necessita existir como lógica da socialidade. Esta sociabilidade do Capital produz e potencializa, entre os homens, o egoísmo, o individualismo, a ganância, a competição etc. Ora, esses fatores minam a confiança. Ao mesmo tempo, o Capital compra a crença das pessoas, as suas vontades, e as converte em um consenso que atende aos seus interesses. Este consenso, entretanto, não tem como apoio a confiança da maioria dos indivíduos. Desta forma, sob o poder onímodo do Capital, que se realiza mediante a atividade política burguesa (elitista/reacionária), as raízes e o conteúdo do consenso pró-democracia são as condições e interesses econômicos e sociopolíticos da minoria burguesa. Nas sociedades atuais, o consenso em torno do qual se forma a maioria é forjado e mantido, quase sempre, pela lógica e poder do Capital configurado sob a forma dos três poderes do Estado, na forma dinheiro, com o concurso das grandes mídias e do mercado. Enfim: sob a égide do Capital, o consenso é um negócio, uma mercadoria, por meio do qual se constrói uma pseudo-democracia: a democracia representativa.

Fiz esta incursão para dizer que a democracia representativa pode ser entendida com o olhar e apoio da Filosofia e das Ciências ditas sociais e/ou humanas. Mas, conforme afirmei, a questão que interessa é: como compreender a verdadeira democracia?

Ressaltei, no início desta seção, “que a verdadeira democracia somente será mais bem compreendida quando aceita e analisada da perspectiva filosófica ontoepistemológica material-dialética”. Essa perspectiva implica buscar compreender a democracia em sua totalidade; quer dizer, sem dissociar o componente ontológico daqueles que são propriamente epistêmicos; e mais: sem perder de vista que tais elementos fazem parte do movimento dialético constituinte do real (material e imaterial) físico e metafísico.

A constituição da democracia é um processo dialético que se inicia pela confiança (momento metafísico). Em seguida, a confiança, ao mesmo tempo em que serve de

fundamento à gestação de um consenso (momento de materialização da confiança), é por este negado. Isto ocorre porque a materialidade do consenso se efetiva na medida em que supera a confiança, o princípio metafísico da democracia. O que o consenso nega, porém, não é a condição da confiança como fundamento ontológico da democracia. O que o consenso nega é um momento da existência do indivíduo e que este confia em algo/alguém/valor/saber/prática. Afinal, em cada tempo e lugar, a confiança é sempre em algo/alguém, e tampouco ela pode ser entendida como neutra e imutável. O conteúdo axiológico e epistemológico da confiança, enquanto essência da democracia, permanece metafísico e não perde o *status* de raiz da democracia.

A confiança, porque metafísica, é ignorada nos estudos que querem compreender a democracia. Por conseguinte, estes estudos que negam o valor da metafísica, que ignoram a confiança, não serão capazes de entender a verdadeira democracia. A democracia é um processo dialético (metafísico e físico); e como tal deve ser entendido. Será impossível compreender a democracia apelando apenas para as ciências que se distanciam da metafísica por temerem perder sua cientificidade. Entender a natureza e o processo de constituição da democracia pela via científica clássica, que se utiliza apenas da lógica formal, é ineficiente e insuficiente. Ao admitirmos o caráter metafísico da democracia, o entendimento desta sai da competência das ciências que tomam como objeto o mundo biofísicoquímico. Os cientistas consideram, em geral, como objeto de investigação plausível, somente o mundo das experiências físicas e dos fatos sociais compreensíveis por meio da razão natural humana, enquanto que a confiança pertence ao reino metafísico. Em face dessa visão fechada, as ciências minimizam sua capacidade de compreender sobre a democracia. Ao mesmo tempo, fortalece-se a validade do olhar dialético filosófico, que é aberto à compreensão da totalidade.

Considerações finais

A raiz da democracia é a confiança. O fato de esta ter uma essência metafísica, isto torna o fazer e o compreender a democracia uma tarefa complexa, no sentido que envolve elementos de fé e razão. Isto não é o fim do mundo; mas é a exigência de que a compreensão das condições, possibilidade e limites da democracia não podem ser limitadas aos limites estreitos da razão científicizada e tecnificada. A confiança, mesmo que se aceite que ela é diferente da fé, porque adviria da experiência, é certamente um tipo de crença, um saber de cunho metafísico. Eis porque a democracia não deve ser concebida e tratada como puro

produto da razão científica que não se conecta com a metafísica.

Não existe a democracia como criatura que emerge do cumprimento de leis e afins. Primeiro, que as leis não emanam diretamente do poder do povo. A suposta democracia, a representativa, sustentada pelo proclamado Estado democrático de direito, é um produto do consenso gerido pelo e para a conservação e potencialização da lógica e do poder do Capital. A verdadeira democracia é o exercício direto pelo povo, portanto sem mediações, dos atos de legislar e executar. As leis do Estado democrático de direito são expressões derivadas de um processo eleitoral pelo qual o cidadão terceirizou seu poder. Nesse sentido, a democracia representativa é um falso poder do poder do povo: é um atentado ao sentido original e legítimo de democracia.

Referências

LEFORT, Claude. **A invenção democrática: os limites da dominação totalitária**. Tradução Isabel Loureiro e Maria L. Loureiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MARX, Karl. As lutas de classes em França de 1848 a 1850. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas: em três tomos**. Tradução: Álvaro Pina e Fernando Silvestre. Lisboa: Edições Avante: Moscou: Edições Progresso, v. 1.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Tradução Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2 ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Lutas de classes na Alemanha**. Tradução Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luis Bonaparte**. Tradução Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. Tradução Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

PLATÃO. **República**. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Tradução Lourdes Santos Machado. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático**. Tradução Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.